This is a open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Licence

DOI: 10.5216/rppoi.v20.73234
EDUCAÇÃO

A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESCOBERTAS DE UMA PESQUISA

THE CHOICE OF THE NATURE SCIENCE TEXTBOOK IN YOUTH AND ADULT EDUCATION: RESEARCH FINDINGS

LA ELECCIÓN DEL LIBRO DE TEXTO DE CIENCIAS NATURALES EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS: HALLAZGOS DE LA INVESTIGACIÓN

Fabíola Correia de Souza Araújo Moreira[1] - ORCID 0000-0002-6768-9557
Marilda Shuvartz[23] - ORCID 0000-0002-2437-6622

RESUMO

O presente artigo é um recorte dos resultados de uma dissertação de mestrado, acerca do uso do Livro Didático (LD) de Ciências da Natureza, pelos professores de Biologia, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede estadual de ensino de Goiás. Considerando o LD como uma política pública educacional para a referida modalidade, a pergunta que impulsionou a investigação foi: como ocorre a escolha do LD na EJA e quais suas consequências para a prática pedagógica? Nessa direção, o objetivo consistiu em analisar o processo de escolha do livro didático de ciências da natureza para o ensino médio, refletindo, na perspectiva freiriana, acerca das consequências no planejamento e na execução das aulas, ocasionadas pelo desdobramento dessa política pública educacional. Para o desenvolvimento da pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e instrumental, analisou-se documentos que direcionavam o processo de escolha e foram aplicados questionários semiabertos aos 14 (catorze) professores de

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática – Universidade Federal de Goiás. fabiolamoreirago@gmail.com
[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática – Universidade Federal de Goiás. marildas27@gmail.com
[3] A partir do ano de 2019 orientadora e aluna passaram a integrar o grupo de estudos da Redecentro – Rede de pesquisadores sobre professores do Centro-Oeste. Os estudos realizados ajudaram a repensar os caminhos da pesquisa já desenvolvida, inclusive a integrar o trabalho na perspectiva teórico-metodológica da Redecentro, dando base ao artigo aqui escrito. A orientadora integra o grupo de orientadores da Redecentro, formalizando trabalhos coletivos como a organização e participação do livro - Argentina-Brasil.

Biologia, dos Centros de Educação de Jovens e Adultos da rede de ensino estadual. Conclui-se que o programa nacional do LD para a EJA é novo e necessita de aprimoramento que envolva temas como formação de professores e currículo, para que o processo de escolha, bem como o uso propriamente dito desse instrumento pedagógico, seja realmente significativo ao educando.
Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Livro Didático; Formação de professores; Currículo.

ABSTRACT
This article is an excerpt of the results of a master's dissertation, about the use of the Didactic Book (LD) of Natural Sciences, by Biology teachers, in Youth and Adult Education (EJA) of the state education network of Goiás. Considering textbooks as a public educational policy for that modality, the question that drove the investigation was: how does the choice of textbooks occur in EJA and what are its consequences for pedagogical practice? From this direction, the objective was to analyze the process of choosing the natural science textbook for high school, reflecting from the Freirean perspective on the consequences in the planning and execution of classes, caused by the unfolding of this public educational policy. For the development of the research with a qualitative approach, of a bibliographic and instrumental nature, documents that guided the selection process were analyzed and semi-open questionnaires were applied to the 14 (fourteen) Biology teachers, from the Youth and Adult Education Centers of the network of state education. It is concluded that the national LD program for EJA is new and needs improvement that involves topics such as teacher training and curriculum, so that the choice process, as well as the actual use of this pedagogical instrument, is meaningful to the student.
Keywords: Youth and Adult Education; Textbook; Teacher training; Resume.

RESUMEN
Este artículo es un extracto de los resultados de una disertación de maestría, sobre el uso del Libro Didáctico (DL) de Ciencias Naturales, por profesores de Biología, en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) de la red estatal de educación de Goiás. Considerando los libros de texto como una política educativa pública para esa modalidad, la pregunta que impulsó la investigación fue: ¿cómo ocurre la elección de los libros de texto en la EJA y cuáles son sus consecuencias para la práctica pedagógica? Desde esta dirección, el objetivo fue analizar el proceso de elección del libro de texto de ciencias naturales para la enseñanza media, reflexionando desde la perspectiva freiriana sobre las consecuencias en la planificación y ejecución de las clases, provocadas por el desdoblamiento de esta política educativa pública. Para el desarrollo de la investigación con enfoque cualitativo, de carácter bibliográfico e instrumental, se analizaron documentos que orientaron el proceso de selección y se aplicaron cuestionarios semiabiertos a los 14 (catorce) docentes de Biología, de los Centros de Educación de Jóvenes y Adultos de la red de educación estatal. Se concluye que el programa nacional de LD para EJA es nuevo y necesita mejoras que involucren temas como la formación docente y el currículo, para que el proceso de elección, así como el uso real de este instrumento pedagógico, sea realmente significativo para el estudiante.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos; Libro de texto; Formación de profesores; Reanudar.

Data de submissão: 28/06/2022
Data de aceite: 31/12/2022

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica, marcada por movimentos sociais, na luta pelo resgate do direito à educação, garantido na Constituição Brasileira de 1988. Possui características específicas e destina-se a um público diferenciado, que é o jovem e/ou adulto trabalhador, excluído do sistema educacional, seja por reprovações, seja por motivos de subsistência. Logo, a EJA, como compromisso social de reparação de direitos, requer uma proposta pedagógica específica, em que sejam consideradas as características do educando (BRASIL, 2000).

Historicamente, a EJA é marcada por avanços e retrocessos, e a delimitação desses movimentos requer percorrer a história do Brasil, desde a época dos jesuítas até os dias de hoje. Nesse percurso, percebem-se algumas marcas temporais, como a promulgação da I Constituição em 1824, que garantiu instrução primária gratuita a todos.

Mesmo com essa promulgação, ainda eram raras as políticas públicas voltadas para os adultos analfabetos ou sem escolaridade completa. Além do mais, a educação era destinada apenas a uma parte da sociedade, a elite. Assim, em 1920, o analfabetismo se expande por todo território nacional e começa a ser considerada a necessidade de combatê-lo. Nesse período surgem reformas educacionais, visando à erradicação do analfabetismo, como a aulas por radiodifusão e a criação das escolas noturnas pelo Decreto nº 16.782/A, de 13 de janeiro de 1925 (HADDAD e DI PIERRO, 2000).

Nas décadas de 1930 e 1940 há um movimento de intensa industrialização e crescimento urbano, que refletiu na necessidade de se preparar melhor a mão de obra, exigindo diretrizes educacionais do governo federal que contemplassem os adultos. Assim, surgem os sistemas supletivos em quase todos os estados da federação. Outrossim, despontam as primeiras reflexões escritas acerca da educação noturna (FÁVERO e FREITAS, 2011) e a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP).

Em paralelo a todo esse contexto histórico da educação de adultos, ressalta-se a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), por meio do Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, destinado à distribuição de livros didáticos aos estudantes da rede pública de ensino brasileira. Porém a educação de adultos não fazia parte da rede pública de ensino, pois era promovida por campanhas, tendo como materiais didáticos cartilhas produzidas para tais, sendo incluída no PNLD somente décadas depois.

Ainda na direção dos marcos temporais históricos da EJA, na década de 1940 institui-se o Fundo Nacional do Ensino Primário e formulou-se uma Campanha de Educação de Adultos com função supletiva, ou seja, condensada em tempo e conteúdo, com fins de conclusão de escolarização e, assim, contribuindo para a redução do analfabetismo ao longo desse período.

Em vista desse cenário promissor, a partir da década de 1950, surgem ideias inovadoras para a educação de adultos, como as de Paulo Freire. Esse educador influenciou a modalidade com sua campanha de alfabetização de adultos, publicando obras autorais sobre a educação de adultos, propondo colaboração, participação política, responsabilidade social e uma educação transformadora e libertadora (FREIRE, 1983). Para a época, suas ideias eram consideradas subversivas, mas impulsionaram a educação de adultos em todo o país.

Todavia sugiram ainda várias campanhas de alfabetização de caráter assistencialista, como o Movimento de Educação de Base (MEB) da igreja católica, na década de 1960, sendo considerado o período de luzes para a educação de adultos no Brasil (HADDAD e DI PIERRO, 2000).

Além do MEB, com a ditadura militar, em 1964 é lançado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral, também com função assistencialista, sem preocupações com a formação política do estudante, o objetivo era apenas que os adultos analfabetos aprendessem a ler e a escrever. Para isso, este movimento utilizou-se de material didático produzido por empresas privadas, cuja abrangência dos conteúdos era de caráter nacional, desconsiderando as especificidades regionais.

Na década de 1970 surge a Lei Ordinária nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, que regulamenta o ensino supletivo. São, assim, promovidos encontros nacionais e internacionais para discutir esse tipo de ensino e propor diretrizes por meio de documentos, como o Relatório Faure[4] e a Declaração de Hamburgo. Concomitantemente, estados e municípios realizam seus próprios programas de educação de adultos.

Em Goiás, no ano de 1974, a Resolução CEE-GO nº 1.170 de 15 de março de 1974 autorizava a implantação de Centros de Estudos Supletivos (CES), solicitados pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC - GO). Nesses Centros eram oferecidos cursos com alto teor suplementar, ou seja, aqueles que fariam jovens e adultos terminarem o ensino regular.

Nas décadas de 1980 e 1990, ocorrem os marcos legais que legitimaram a educação de adultos: a promulgação da Constituição de 1988, que garante o direito à educação para todos, "inclusive para os que não tiveram oportunidade de cursá-lo e concluí-lo na idade própria" (FÁVERO e FREITAS, 2011, p. 377) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que considera a EJA uma modalidade da educação básica.

Reafirmando a EJA como modalidade, o Ministério da Educação (MEC) publica as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, Parecer nº 11 CNE/CEB de 10 de maio de 2000, fortalecendo-a e superando o conceito de supletivo, além de definir as funções de reparar, equalizar e qualificar os adultos (BRASIL, 2000). Ainda no período de 2000-2010, a EJA é incorporada na captação e distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

[4] Esse relatório foi um documento importante para a EJA, resultante de um grupo de trabalho sob a coordenação de Edgar Faure, em 1972, apresentado para a Organização das Nações Unidas. Ele subsidiou a construção de outros documentos como a Declaração de Hamburgo, norteando as ações pedagógicas e administrativas para todo o país, em relação a EJA. Baseando-se na incompletude do ser humano, estes documentos reforçam a educação ao longo da vida.

Nesse período político de conquistas para a modalidade[5], cria-se o Programa Nacional de Livros Didáticos para a EJA em 2009 (PNLD-EJA). Quase oitenta anos após o surgimento do PNLD, a EJA finalmente é contemplada, considerando suas especificidades, com um livro didático.

No PNLD, os estados e os municípios, a cada três anos, realizam o processo de escolha de livros didáticos das áreas de ensino que compõem o Ensino Fundamental e o Médio, os quais são distribuídos aos estudantes da rede pública de ensino. Esse processo é realizado por níveis de ensino, ora a escolha é feita para o ensino fundamental, ora para o médio. No PNLD EJA ocorria da mesma forma, porém com obras específicas para a modalidade, sendo que o último processo de escolha para o ensino médio, ocorreu em 2014.

Para esse processo, foram disponibilizadas, às unidades escolares, pelo MEC, as obras avaliadas com os quesitos mínimos solicitados em edital, contidos em um guia. Então, cada secretaria de educação organizou o processo de escolha da obra, de modo que os professores de todas as áreas de ensino tivessem acesso às opções disponíveis e, assim, analisassem e selecionassem a que melhor refletia a realidade da sua escola.

Considerado como um material pedagógico de apoio ao professor, o livro didático auxilia o planejamento e a execução das aulas. Para o estudante, o livro contribui para a assimilação dos conteúdos por meio da leitura de textos, imagens e atividades propostas. Conforme sustenta Nascimento (2015), o livro é apenas mais uma ferramenta didática, entre tantas outras, à qual os professores, bem como o estudante têm acesso e que pode ser significativo ao desenvolvimento das aulas.

Desta forma, considera-se que o ensino pode ser influenciado diretamente pelo uso do livro didático, pois os professores, para atenderem os currículos, empregam os conteúdos contidos neles na elaboração dos seus planejamentos de ensino. Nessa direção, destaca-se a importância de uma análise minuciosa na escolha de tal ferramenta, e de que esses profissionais tenham nas formações inicial e continuada, o preparo para a tomada de decisão. Assim, concebe-se a escolha de um livro didático como um ato de formação acadêmica e política (LIBÂNEO, 1994).

A partir dessa concepção, em se tratando de escolha de um livro de ciências da natureza, ressaltam-se outras questões subjetivas fundamentais ao professor: a) compreensão de currículo e de ciência; b) identidade dos sujeitos que utilizarão a obra. Segundo Cassab e Martins (2008, p. 118) "percebemos que, na escolha do livro didático, caminham de mãos dadas considerações a respeito do público a que o livro se destina e preocupações propriamente relativas ao ensino de ciências".

Nesse contexto, a concepção de currículo em que este artigo se apoia, a qual corrobora as Diretrizes Curriculares para a EJA, é a perspectiva de um currículo crítico, cujo foco não são questões técnicas de o que ensinar, mas preocupa-se com o como e o porquê de determinado conhecimento ser ensinado (SILVA, 2005).

Diante desse cenário de criação de programas educacionais para atendimento à modalidade de EJA, como o PNLD EJA, considerando todo o contexto histórico no qual a modalidade está inserida, emerge a

[5] O governo Lula (2003-2010) constituiu-se um período promissor para a EJA, permitindo com que a modalidade compusesse parte integrante e prioritárias das ações visando políticas públicas. Foi uma janela de oportunidades.

pergunta: como ocorre o processo de escolha do livro didático de ciências da natureza na EJA e quais as consequências dessa escolha para a prática pedagógica?

Assim, este artigo, recorte de uma pesquisa de dissertação, tem a pretensão divulgar as descobertas de uma análise do processo de escolha do livro didático de ciências da natureza para o Ensino Médio, e suas consequências no planejamento e na execução das aulas, ocasionadas pelo desdobramento dessa política pública educacional.

Procedimentos metodológicos

Considerando a prática social como propulsora das concepções de mundo, este estudo foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa com objetivo de perceber a construção social do pesquisado, acerca de realidades múltiplas (BOGDAN e BIKLEN, 1994), como processo de escolha do livro didático.

Além disso, com natureza bibliográfica e instrumental, para a coleta de dados, foram utilizados documentos, como o Guia de Livros Didáticos PNLD EJA (2014), as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos do Estado de Goiás (minuta em discussão, não publicada) e consulta aos professores da rede estadual de ensino por meio de questionários semiabertos.

Procedeu-se a análise do Guia de Livros Didáticos PNLD EJA (2014), a fim de verificar o que nele continha, em relação às resenhas das obras/coleções aprovadas, que pudesse orientar os professores na escolha do livro didático, inclusive identificando como os professores da EJA desta rede de ensino tiveram acesso a este Guia. Além disso, com o intuito de perceber relações entre os dados coletados nos questionários e na análise do Guia, realizou-se um estudo da minuta das Diretrizes da EJA postuladas pela Secretaria Estadual de Educação, fundamentando as evidências destacadas nos resultados.

O questionário semiaberto, contendo quinze perguntas, foi aplicado por meio de aplicativo (Google formulários), a catorze (14) professores de biologia, sendo dois (2) de cada Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) existentes no estado de Goiás. Destaca-se que a pesquisa foi beneficiada com a tecnologia digital e isso não diminuiu sua qualidade (FLICK,2009).

Os CEJAs, no período da investigação, ano 2016, eram unidades escolares exclusivas para oferta da modalidade EJA nos três turnos: matutino, vespertino e noturno, de forma presencial (Goiás, 2010). Como *lócus* dessa investigação, suas localizações de acordo com os municípios do estado, estão descritos na tabela 01:

Tabela 01 – CEJAS – *lócus* da pesquisa

CEJA	MUNICÍPIO
Aragarças	Aragarças
Filostro Machado Carneiro	Caldas Novas
Dom Bosco	Iporá
Universitário	Goiânia
Arco-Íris	Goiânia
Elias Chadud	Anápolis
Professora Alzira de Souza Campos	Catalão

Fonte: Moreira, F. C. de S. A.

Para a análise realizou-se a triangulação dos dados, para que as ideias dos sujeitos e dos documentos sejam explicadas, descritas e compreendidas obtendo a amplitude máxima de compreensão do foco de estudo (TRIVIÑOS, 2013), demonstrados em narrativas (GIBBS, 2009) que relevam a percepção dos professores acerca do processo de escolha do livro didático, bem

como das práticas pedagógicas que estão envolvidas.

É imprescindível ressaltar que também foram realizados estudos acerca de documentos como a legislação estadual para a modalidade e o currículo proposto na rede de ensino, além da busca constante de referenciais teóricos sobre a temática. Assim foram obtidos dados que consolidaram o alcance do objetivo da investigação.

Resultados e discussões

O MEC produziu e divulgou, em meio físico e virtual, a todos os estados e municípios da federação participantes do PNLD EJA, o Guia dos Livros Didáticos do PNLD EJA no ano de 2014. Tratava-se de um livro com 271 páginas que apresentava as resenhas de obras/coleções aprovadas em edital específico, objetivando auxiliar os professores na análise de cada uma delas, no momento da escolha. As resenhas delineavam as propostas pedagógico-metodológicas de cada obra/coleção, observando as diretrizes educacionais, vigentes, para cada turma.

Nessa direção, o Guia estabelecia a concepção de currículo em que se baseia a avaliação das obras/coleções, conforme constatado no trecho:

> Na Educação de Jovens e Adultos, não há, portanto, um currículo único ou proposta modelo de organização das aprendizagens básicas e obrigatórias. Tal currículo ou modelo pode ser apresentado em diferentes desenhos curriculares, organizado de forma diversa: em disciplinas, em áreas de conhecimento, em conteúdos programáticos, em temas transversais, entre outras possibilidades (BRASIL, 2014, p. 20).

Logo, entendeu-se que o Guia relacionava currículo a conteúdos e a conhecimentos científicos a serem estudados durante um determinado período, o que denota uma concepção tradicional, focando em questões técnicas de o que ensinar, uma nítida contradição em relação à ideia de currículo pretendido para a modalidade, voltado para uma formação crítica conforme anunciado nas Diretrizes Curriculares. Mesmo sinalizando a possibilidade de cada unidade escolar desenvolver suas próprias concepções de currículo, foi uma incoerência encontrada no processo.

Em contrapartida, considerando as especificidades da modalidade, o Guia apontava atitudes desejáveis aos professores para uma escolha compromissada com a realidade local, regional ou estadual, conforme observado no trecho extraído do Guia:

> Compete aos professores e educadores: a) participar do processo de escolha dos títulos organizado pela entidade parceira, Escola Federal ou rede de ensino, dentre aqueles relacionados no Guia de livros didáticos para a Educação de Jovens e Adultos distribuídos pelo FNDE; b) observar, no que se refere ao processo de escolha, a proposta pedagógica e a realidade específica da sua localidade (BRASIL, 2014, p. 37).

Embora tivesse sido explicitada a orientação de observar a proposta pedagógica condizente com a realidade local, na apresentação das obras/coleções de biologia avaliadas para o ensino médio da EJA detectou-se uma fragilidade: havia apenas uma opção de obra/coleção disponível para a escolha. Somente uma

editora obteve aprovação do MEC no processo: a editora Global, com a Coleção "Viver, aprender", cuja obra em questão é o Volume de Ciências da Natureza e Matemática[6].

Esse fato reflete a falta de compromisso político e social para com a modalidade, constatado no breve relato histórico de descontinuidade de políticas públicas voltadas a ela, discorrido anteriormente. Demorou a instituir-se o PNLDEJA e não estaria consolidado no ano da escolha, o que pode ter causado desinteresse pelas editoras ou desconhecimento de aspectos da modalidade, a ponto de produzir materiais que não seriam próprios para a participação do processo. Mais um reflexo da marginalização desse público.

Havendo apenas uma obra para a escolha, de nada adiantava os professores analisarem o livro, considerando aspectos como imagens, conteúdos que atendem ao currículo, exercícios, realidades locais e regionais entre outros. Com isso, não houve chamamento para os professores do ensino médio e, consequentemente, não houve reflexão, discussão, sobre o livro adotado.

Em razão de tal fato, constatou-se rejeição à obra disponível, não sendo aprovada por nove dos catorzes (14) professores entrevistados, conforme algumas das respostas obtidas e apresentadas na tabela 02:

Tabela 02 – O livro adotado no PNLDEJA (2014)

PROFESSOR	RESPOSTA
P05	Não contempla os conteúdos previstos.
P10	Seus conteúdos são apresentados de forma mais resumida.
P07	Se o livro a que se referir for: SCRIVANO, C. N. et al. Viver, Aprender - Ciências da Natureza e Matemática. Ciência, transformação e cotidiano. 1 ed. São Paulo: Global, 2010. O conhecimento específico da área está muito reduzido – pulverizado.
P11	Os livros da EJA estão divididos por área de conhecimento, seus conteúdos estão sintetizados, porém deve ser reestruturado para que contemple a diretriz da EJA.
P13	Muito fraco o livro e não foca na realidade do EJA.

Fonte: Moreira, F. C. de S. A.

Mediante essas avaliações, ao comparar as respostas dos professores com as considerações do Guia, percebeu-se uma contradição. Para os especialistas que avaliaram a obra aprovada, toda a coleção estaria direcionada para os educandos da EJA, não sendo caracterizada como uma redução do ensino dito regular, conforme trecho extraído do Guia:

> Nesse sentido, não são encontrados, no seu conjunto, resumos ou abreviações de conteúdos ministrados no ensino

[6] Com o título Ciência, Transformação e Cotidiano, o volume é dividido em química, física, biologia e matemática. Autores: Carla Newton Scrivano; Eraldo Rizzo de Oliveira; Júlio Cézar Foschini Lisbôa; Maria Carolina Cascino da Cunha Carneiro; Miguel Castilho Júnior; Rubem Gorski.

> dito regular. Os conteúdos e atividades são apresentados levando em consideração as experiências da vida dos estudantes, o mundo do trabalho, os conhecimentos acumulados sobre si mesmos e sobre os outros, a prática social. Ao mesmo tempo, há discussões sobre temas que estimulam o pleno exercício da cidadania" (BRASIL, 2014, p. 217).

Ainda na avaliação dos especialistas, a obra contemplava as referências legais para a modalidade, valorizando as experiências cotidianas, concentrando no mundo do trabalho, atento à leitura contextualizada com o conhecimento científico:

> A obra apresenta uma abordagem adequada em relação às diretrizes pedagógicas da EJA e aos referenciais legais que norteiam a educação brasileira. Os conteúdos [...] estão relacionados com questões ligadas ao cotidiano. [...] as informações sobre o mundo do trabalho; a contextualização do conhecimento científico; a proposição de atividades de leitura. [...] a linguagem usada permite não apenas o atendimento a estudantes de diferentes faixas etárias, mas também o diálogo contínuo entre gerações que se educam em uma mesma sala de aula (BRASIL, 2014, p. 218).

Em se tratando do componente curricular específico biologia, o Guia ainda afirma que o livro do aluno:

> [...] priorizam os seguintes elementos: a contextualização do conhecimento científico; a adequação entre as temáticas tratadas e o cotidiano de jovens e adultos brasileiros; a proposição de atividades destinadas a possibilitar a leitura e a compreensão das questões socioambientais; a ênfase em temas associados ao mundo do trabalho; e, finalmente, a abordagem interdisciplinar. [...] os conteúdos foram organizados com o intuito de favorecer a percepção dos estudantes de como esse componente curricular está presente no seu cotidiano. [...] apresentação contextualizada dos conteúdos. [...] abordagem multidisciplinar, evidenciada pelas inter-relações existentes com os capítulos de Química e Física (BRASIL, 2014, p. 223).

Ao analisar tais considerações apontadas no documento para a escolha do livro didático, infere-se que pode não ter havido um estudo prévio do Guia pelos professores. Nesse sentido, ressalta-se que a formação do professor é um elo imprescindível para a análise, a escolha e o uso de instrumentos pedagógicos, como o livro didático. Todavia, não se pretende afirmar que os professores questionados não possuem formação adequada para analisar o livro, mas sinaliza-se que há uma divergência entre o que dizem os especialistas e os professores, podendo ser dissolvida por uma formação continuada proporcionada pela rede de ensino em questão, voltada para essa discussão.

Assim, é preciso compreender que a formação de professores, o currículo e os instrumentos pedagógicos são elos de uma corrente que permitem o processo de ensino e aprendizagem, tão importante para o desenvolvimento de uma educação que possa alcançar os objetivos para a construção de uma sociedade desejada.

Nesse sentido, as concepções dos professores acerca do livro didático, da

EJA, adquiridos em sua formação inicial e continuada, influenciam no processo de escolha do livro e, posteriormente, no planejamento e no desenvolvimento das aulas. Essa afirmação pode ser constatada nas respostas dos professores distribuídas na tabela 03:

Tabela 03 – concepção de livro didático pelos professores

PROFESSOR	RESPOSTA
P04	Considero como um instrumento, até o presente momento não o vejo como uma mercadoria. Talvez se adentrássemos em quesitos políticos e econômicos poderia considerá-lo como um mecanismo usado para tais fins, a nível governamental, e não a nível de material didático.
P05	Instrumento didático, porque utilizo para pesquisa, porém para atender os objetivos do livro didático, são necessárias muitas mudanças.
P08	O livro didático não é o único meio utilizado na instituição, mas um instrumento a mais utilizado pelo professor.
P13	É um ótimo aliado, já que a escola não conta com infraestrutura adequada, falta tinta, não podemos imprimir nada na escola, nem provas, o que dificulta a aprendizagem.
P14	É um instrumento que auxilia os alunos durante a aula.

Fonte: Moreira, F. C. de S. A.

Embora o professor não tenha participado do processo de escolha (que não houve), e não aprovasse o livro selecionado, ele estava posto. Portanto, o entendimento desse recurso didático afetará seu uso, tanto no planejamento do professor, quanto na sua utilização nas aulas. Nesse contexto, buscando maiores entendimentos nos discursos dos professores em relação ao uso do livro didático, constatou-se que usam de diversas formas, conforme as respostas organizadas na tabela 04:

Tabela 04 – Uso do livro didático adotado no PNLDEJA (2014)

PROFESSOR	RESPOSTA
P01	Pesquisa e para leitura complementar.
P06	Não uso.
P07	Utilizo o livro como suporte em momentos específicos em que são trabalhados alguns componentes curriculares, tais como alimentação e sistema digestório entre outros.
P08	Depende do conteúdo, do currículo. Uso constantemente, em turmas mais vezes, em outras não. Uso bastante para uma pesquisa rápida.
P09	Às vezes, trabalho a interpretação de algum texto pertinente ao assunto trabalhado
P10	Durante as aulas expositivas e dialogadas para melhor entendimento dos alunos e nos exercícios de fixação
P14	Durante as aulas os alunos fazem leituras, resumos, resolvem questões de exercícios e usam o livro para fazerem trabalho.

Fonte: Moreira, F. C de A.

Considerando que o uso do livro didático está intrinsecamente relacionado ao currículo, a concepção dos professores acerca desse campo de estudo é relevante. Assim, para a EJA, diante de toda sua especificidade, conforme anunciado anteriormente, este estudo corrobora a perspectiva crítica de currículo, para a qual

"o importante não é desenvolver técnicas de como fazer o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitem compreender o que o currículo faz" (SILVA, 2005, p. 30).

Nessa direção, ao analisar a resposta dos professores, percebeu-se indicativos da ideia implícita ou explícita desse profissional acerca de currículo, seja baseada na teoria tradicional ou crítica. Notou-se a predominância da concepção de currículo tradicional, quando estes mencionam buscar assuntos específicos do componente curricular biologia, enfatizando conteúdos. Essa constatação está evidenciada na tabela 05.

Tabela 05 – Concepção de currículo dos professores

PROFESSOR	RESPOSTA
05	... não contempla os conteúdos da disciplina...
11	... os conteúdos não foi contemplado na sua totalidade e os contemplados estão muito sintetizados (sic)...
14	... está dentro do Currículo mínimo do Estado de GO...

Fonte: Moreira, F. C. de S. A.

Outro aspecto importante identificado nas respostas dos professores é que, embora não acatando a obra adotada, os professores não invalidavam totalmente seu uso. Alguns até reconheceram algumas contribuições, conforme expressam os professores na tabela 06:

Tabela 06 – Uso do livro didático adotado no PNLDEJA/2014

PROFESSOR	RESPOSTA
P02	...se fosse um material de melhor qualidade, seria bastante relevante sua utilização durante as aulas.
P04	Todo material e qualquer material proporcionam estas contribuições. Como citado acima, o livro contempla textos que direciona os alunos ao seu cotidiano, dando a estes, condições de compreensão. Porém, não aprofunda conceitos ali implícitos.
P05	Contribui, mas não o suficiente. Precisa melhorar muito.
P11	Sim, desde que os conteúdos não estejam tão sintetizados quanto os que estão e também não têm sequência de conteúdos quanto à Diretriz de EJA.
P14	Sim, todo livro didático ajuda o aluno, se bem implementado pelo professor em sala de aula.

Fonte: Moreira, F. C de A.

Dessa forma, é salutar ressaltar a importância de formação continuada dos professores da rede, para que entendam e se posicionem em relação ao currículo, escolham os instrumentos pedagógicos com intencionalidade para que a aprendizagem ocorra de forma profícua, conforme propõe Goiás (2010, p. 14) na afirmação "ressignificar a compreensão dos educadores acerca dos conteúdos é fundamental quando se pretende empreender práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem dos educandos". Uma formação que crie e recrie saberes, voltadas para uma atividade docente que favoreça a autonomia do educando, e não apenas reproduza a relação opressor-oprimido (FREIRE, 1983).

Acredita-se que a participação direta dos professores na escolha do livro didático, de forma qualitativa, com análise crítica, ou até mesmo na elaboração de obras para participar do programa PNLD, considerando aspectos regionais mais específicos, teria como consequência um

uso mais efetivo e intencional desse instrumento. Porém, sem políticas públicas de formação continuada dos profissionais que atuam na EJA e em outras modalidades com tantas singularidades, não há possibilidade de ressignificação.

Enfim, ainda sobre o uso, considerando as respostas dos professores ao serem questionados se usam o livro didático e com que frequência, obteve-se as seguintes informações: "não uso", "raramente", "às vezes". Assim, considera-se que as participações mais ativas dos professores na escolha, bem como mais opções de obras disponíveis no processo, evitariam destinos improdutivos ao livro didático que chega à escola. Ainda contribuiria para a continuidade de uma política pública tão importante para a EJA, visto que ocasionaria resultados positivos de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito das políticas públicas educacionais, na época da investigação, em 2016, o PNLD-EJA era relativamente novo, surgindo no ano de 2009 para o Ensino Fundamental e em 2014 para o Ensino Médio, o que evidencia a necessidade de aprimoramento. Este aspecto fica evidente nos resultados apresentados acerca do processo de escolha, opções de obras/coleções. Isso significa dizer que existem fragilidades como: a) a aprovação de apenas uma opção de obra/coleção para participar do processo; b) não houve processo de escolha do livro de ciências da natureza pelos professores da rede estadual.

Ao assumir essa posição, fica explícito que havia necessidade de ajustes na execução de todo o programa do PNLD EJA, pelo MEC. Nesse ponto, esta investigação tem muito a contribuir, visto que leva ao conhecimento dos formuladores de políticas públicas o que os professores da rede estadual pensam e desejam para a efetivação dessa política pública.

Porém, a descontinuidade de políticas públicas para a modalidade em questão, se perpetua, visto que no governo Bolsonaro (2018-2022) o PNLDEJA foi suspenso e assim permanece, sem previsão de reformulação ou retomada. Fica evidente, mais uma vez, o descaso com a modalidade, a marginalização do público que é atendido e a necessidade de unir forças para defender o direito constitucional à Educação do público contemplado.

Em aspectos pedagógicos, a dinâmica que envolve o processo de escolha do livro didático deve estar diretamente relacionada ao currículo proposto pela rede estadual, e reflete profundamente a formação do professor que participa. Nessa direção, os resultados apontam a emergência de uma reflexão crítica acerca da formação inicial e continuada dos professores para a modalidade EJA, para que possam ampliar suas concepções de currículo e de instrumentos pedagógicos. Essa percepção influencia na escolha do livro e no seu uso, fato este, observado e refletido nos questionários respondidos pelos professores, percebendo-se uma concepção de currículo advindo da teoria tradicional, com modelos técnicos e conteudistas.

Diante de tais achados, é possível reconhecer que a escolha do livro didático afeta de forma direta e indireta as formas de uso desse instrumento, tanto no planejamento do professor, quanto na execução das aulas. A não participação efetiva do professor no processo resulta em práticas esvaziadas de intencionalidades ao utilizar o livro ou mesmo o não uso do livro, sendo totalmente contraditório às ideias freirianas que embasam a EJA.

Por ser um programa a nível nacional, que envolve o uso de recursos

públicos, é imprescindível a avaliação do alcance de sua execução por pesquisas, e vontade política, para que sejam sanadas essas fragilidades e garantida sua efetividade e continuidade.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Parecer 11 CNE/CEB de 10 de maio de 2000. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de revisão nº 1 a 6/1994. 26 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

BRASIL. **Guia dos Livros Didáticos do PNLD EJA 2014.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Natal: EDUFRN, 2014.

CASSAB, M.; MARTINS, I. Significações de professores de Ciências a respeito do livro didático. **Revista. Ensaio**. Belo Horizonte, 10, 01, 113-136, jan-jun, 2008. Disponível em < https://www.scielo.br/j/epec/a/p93bjxZs49znpyfjJzHyL8r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FÁVERO, O.; FREITAS, M. A Educação de Adultos e Jovens e Adultos: um olhar sobre o passado e o presente. **INTER-AÇÃO. Revista da Faculdade de Educação**, UFG, 36, 2, 365-392. Jul./dez. – Goiânia: FE/PPGE/UFG, 2011. Disponível em < https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/16712/10703>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 13 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GIBBS, G. **Análise de dados quantitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOIÁS. **Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos do Estado de Goiás** (Minuta para discussão). (Manuscrito não publicado). Secretaria de Educação, Goiás, 2010.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de educação**. Mai/jun/jul/ago, 14, 2000. Disponível em < https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez. (Coleção magistério. Série formação do professor), 1994.

NASCIMENTO, V. S. do. **O ensino de química na educação de jovens e adultos:** sobre o conceito de substância. Dissertação para título de mestre em Educação em Ciências e Matemática. Universidade Federal de Goiás. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Goiânia, 2015.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias de

currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2013.